



BOLETIM

PROGRAMA
DE EDUCAÇÃO FISCAL
Uma questão de cidadania

FIQUE SABENDO!

A educação fiscal é um importante instrumento de conscientização da sociedade sobre os direitos e deveres fiscais.



CIDADANIA NA ESCOLA II

Receita Federal doa celulares para GEFE premiar escolas e alunos



Delegado da Receita Federal no Piauí/Teresina, André Santos, e Secretário de Fazenda, Emílio Jr.

A Receita Federal do Brasil doou cerca de R\$ 500 mil em bens apreendidos para órgãos públicos que desenvolvem parcerias no Piauí, entre os beneficiados está a Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz). A iniciativa faz parte do programa Receita Cidadã, projeto da Receita Federal que destina mercadorias apreendidas para contribuir com a gestão ambiental, ecoeficiência e responsabilidade social.

Durante a solenidade, o secretário da Fazenda, Emílio Júnior, assinou o termo de recebimento pela doação dos aparelhos celulares, que serão entregues na forma de premiação, aos alunos e escolas públicas estaduais, de ensino fundamental e médio, vencedores do projeto Cidadania na Escola II.



Equipe da Receita Federal e da Secretaria de Fazenda do Estado durante entrega de aparelhos celulares

“O objetivo é despertar nesses alunos, desde cedo, o entendimento sobre onde os recursos públicos estão sendo aplicados.

Emílio Jr.
Secretário da SEFAZ/PI

PLANEJAMENTO



SEFAZ e SEDUC definem ações para a Educação Fiscal no Piauí

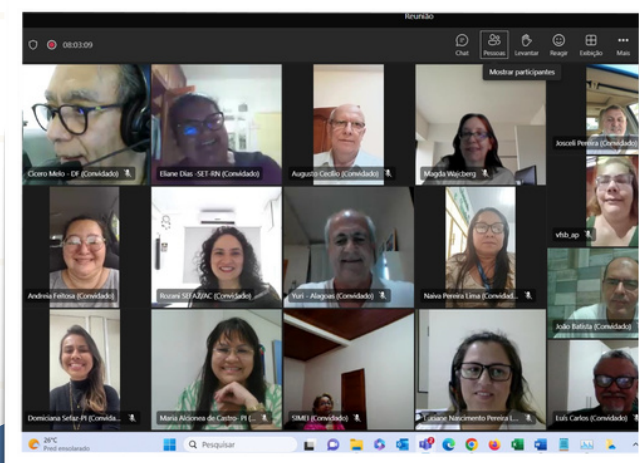
Um encontro com representantes das Secretarias de Fazenda (SEFAZ) e de Educação (SEDUC) do Estado foi realizado em abril para apresentação do Plano de Ação do Grupo de Educação Fiscal (GEFE/PI) 2023 e o Projeto Cidadania na Escola II.

Participaram da reunião: o Superintendente de Administração Financeira, Logística e Tecnologia da SEFAZ, Ricardo Pires; o Superintendente de Ensino da SEDUC, Professor Antônio Cardoso Amaral; a Gerente de Desenvolvimento de Pessoas, Domiciana Camargo; a Coordenadora do GEFE/PI, Maria Alcione de Castro; a Diretora da Unidade de Ensino e Aprendizagem da Seduc (UNEA), Maria José Mendes Neta; e o Supervisor Pedagógico das Escolas de Tempo Integral, Ramon Davys Angel Soares Barbosa Vieira.

O Projeto Cidadania na Escola II é uma das grandes apostas para 2023 e tem como objetivo despertar uma consciência crítica de toda comunidade escolar, quanto à função socioeconômica dos tributos, contribuindo para formar cidadãos capazes de participar das decisões sociopolíticas, cobrando dos representantes políticos maior transparência na aplicação dos recursos públicos e controle dos gastos.



ENCONTROS VIRTUAIS



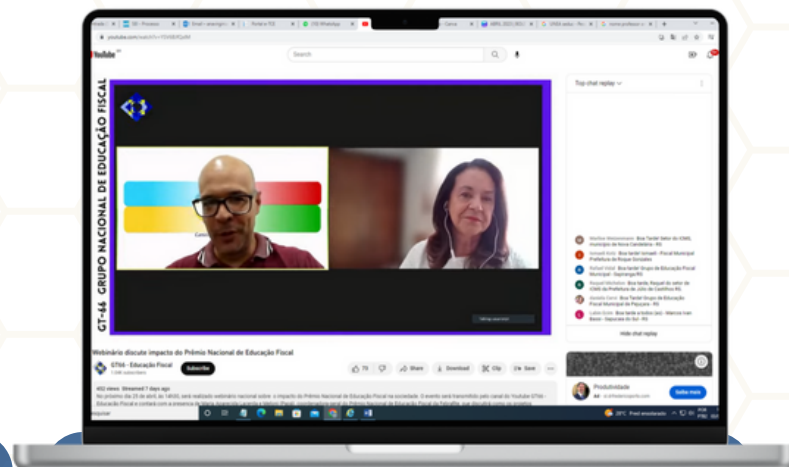
Piauí participa de GT66 de Educação Fiscal Nacional

Aconteceu nos dias 19 e 20 de abril, de forma virtual, a 12ª reunião do Grupo de Trabalho da Educação Fiscal Nacional - GT66, que reúne representantes de todos os estados brasileiros. O Piauí esteve representado por Maria Alcionea de Castro, Coordenadora da GEFE/PI e Domiciana Camargo, Gerente de Desenvolvimento de Pessoas. Na ocasião, a Coordenadora do GEFE/PI, Maria Alcionea de Castro foi indicada a líder da Comissão de Monitoramento e Avaliação do GT66.

Também foi oficializado o novo Comitê Gestor do GT66, tendo como Coordenador Cícero Roberto de Melo, do Distrito Federal; Coordenadora Adjunta Andreia Gomes Feitosa, do Tocantins; Secretária Eliane Dias, do Rio Grande do Norte; e Secretário Adjunto Vinicius de Queiroz Castanheira, de Minas Gerais.

Os líderes das Comissões temáticas do GT66 (Comissão de Gestão Estratégica, Comissão de Currículo e Formação, Comissão de Comunicação) atualizaram o grupo sobre o desenvolvimento dos seus produtos/ações.

Os estados de Alagoas, Amazonas, Minas Gerais, Tocantins e Piauí socializaram as atividades realizadas pelos Estados consideradas inspiradoras para o GT66.



Webinário discute impacto do Prêmio de Educação Fiscal

No dia 25 de abril, aconteceu, de forma on-line, o Webinário Nacional sobre o Impacto do Prêmio Nacional de Educação Fiscal na sociedade. Na oportunidade, foram discutidos como os projetos premiados contribuem para a manutenção e aprofundamento de práticas de cidadania ativa.

O evento contou com a presença de Maria Aparecida Lacerda e Meloni, coordenadora-geral do Prêmio Nacional de Educação Fiscal promovido pela Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), com a mediação do jornalista Rafael Carneiro, do Grupo de Educação Fiscal Estadual de Goiás. A Coordenadora do GEFE/PI, Maria Alcionea de Castro também participou do webinário e destacou o impacto da educação fiscal no Piauí.

"No Piauí, o GEFE está com uma ação extremamente importante, indo às escolas de Teresina para conscientizar os alunos sobre impostos, seus valores, quando são cobrados. No ano passado, quase 4.000 alunos foram orientados quanto ao papel do cidadão na destinação de recursos auferidos pelos cofres públicos. Posso dizer que a Educação Fiscal permite o exercício da cidadania e promove disseminadores de conhecimento", afirmou Alcionea de Castro.



BOLETIM

PROGRAMA
DE EDUCAÇÃO FISCAL
Uma questão de consciência

EVENTOS

INSCRIÇÕES ABERTAS

Prêmio Nacional de Educação Fiscal 2023

Estão abertas as inscrições para o Prêmio Nacional de Educação Fiscal 2023, que consiste em um reconhecimento às iniciativas de impacto social e tributário que transformam a realidade brasileira em prol do desenvolvimento econômico. O Prêmio também tem como objetivo apresentar soluções para um Brasil que precisa disseminar a ideia de que o pagamento de tributos é um bem para toda a sociedade.

A iniciativa é voltada às escolas, instituições (universidades, organizações não governamentais, prefeituras, secretarias municipais e demais instituições da iniciativa pública e privada), imprensa e projetos da área de tecnologia.

CRONOGRAMA:

Divulgação do regulamento:

Dia 05 de maio, às 10 horas, sessão solene na Câmara dos Deputados.

Período de inscrições:

17 de abril a 30 de junho de 2023.

Prazo para envio de documentação:

Até 07 de julho de 2023.

Entrega do Prêmio:

Até 30 de outubro de 2023, em Brasília.

PARA MAIS INFORMAÇÕES, acesse:

<http://www.premioeducacaofiscal.org.br/>



O Auditor Fiscal da Sefaz-PI, Lucas Rezende da Silva Araújo, recebeu no dia 29 de novembro de 2022, o Prêmio Tributare, com o Projeto: Sistema de Regras de Pós-validação da EFD ICMS IPI da Sefaz Piauí. Ele conquistou o segundo lugar e recebeu o troféu durante cerimônia de entrega do Prêmio Nacional de Educação Fiscal edições 2020 e bienal 2021/2022 e do Prêmio Tributare, na Embaixada de Portugal, em Brasília.

O sistema teve como objetivo melhorar a qualidade das informações prestadas pelo contribuinte em sua declaração de apuração do ICMS e avisá-lo quando existir alguma inconsistência, permitindo a correção sem punições com o envio de uma declaração retificadora antes de qualquer ação fiscal.





CAPACITAÇÃO

SALA DE AULA VIRTUAL

Plataforma Escola Fazendária

A Escola Fazendária está implantando uma nova ferramenta na plataforma de Educação a Distância (EAD): a sala de aula virtual. O objetivo é capacitar os servidores públicos do interior do estado, que têm dificuldade de participar dos cursos presenciais por conta do deslocamento até a capital.

“A sala de aula virtual oferecerá aos nossos alunos a possibilidade de aprender em um ambiente on-line completo, participando de aulas ao vivo, interagindo com professores e outros alunos, além de ter acesso a uma variedade de recursos e materiais de estudo”, garante a gerente de Desenvolvimento de Pessoas da Sefaz, Domiciana Camargo.

A gerente ainda explica que, em breve, serão disponibilizados os cursos com sala de aula virtual na plataforma da Escola Fazendária EAD. “Estamos entusiasmados, esperamos contribuir ainda mais para a capacitação dos servidores públicos em todo o estado, ampliando o horizonte de conhecimento dos mesmos”, disse. Para saber mais sobre os cursos já disponíveis, basta acessar a página da Escola Fazendária ou pelo link: <https://escolafazendaria.sefaz.pi.gov.br/>. No menu do mesmo site você pode conferir o Portal EAD ou acessar:

<https://escolafazendaria.sefaz.pi.gov.br/portal-ead>



Curso

Cidadania Fiscal

Turmas 2023/1

CONVITE

Curso Básico Cidadania Fiscal

O Curso Cidadania Fiscal está sendo oferecido em todo o Brasil, resultado de uma parceria realizada entre o AFOCEFE Sindicato, o Instituto Justiça Fiscal (IJF), Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) e a Red de Justiça Fiscal de América Latina y el Caribe, organizado pela GEFE-RS.

O objetivo da formação é apresentar conceitos e ferramentas básicas para o exercício da cidadania fiscal. Ao final da formação, os participantes devem conhecer a estrutura do Estado e suas fontes de financiamento, o orçamento público e como efetivar, na prática, o controle social. O curso será no formato EAD com tutoria e oferece certificado de 40 horas/aula para os participantes que atingirem 70% de aproveitamento.

Público-alvo: Professores de todas as redes de ensino, radialistas de rádios comunitárias, comunicadores de todas as mídias, servidores públicos dos três entes, sindicalistas e sociedade civil.

PROGRAMAÇÃO

- Módulo 1 - Introdução à Cidadania Fiscal
23 a 31/05/2023
- Módulo 2 - Sistema Tributário Nacional
01/06 a 10/06/2023
- Módulo 3 - Gasto público
11/06 a 21/06/2023
- Módulo 4 - Controle Social na Prática
22/06 a 30/06/2023

Aula inaugural: 09/05/2023

Mais informações: (86) 9 9947-8722



ÚLTIMAS

TIRINHA

O que é público é de todos!



Receita Federal

IMPOSTO
DE RENDA
2023

FIQUE ATENTO!

Prazo de Declaração encerra dia 31 de maio

O contribuinte que ainda não juntou os documentos para acertar as contas com o Leão tem até o dia 31 de maio para declarar o Imposto de Renda Pessoa Física 2023.

Está obrigado a apresentar a DIRPF 2023 quem recebeu rendimentos tributáveis, sujeitos ao ajuste na declaração, cuja soma anual foi superior a R\$ 28.559,70 no ano passado. Esse valor inclui salários, aposentadorias, pensões e aluguéis; quem recebeu rendimento isento, não tributável ou tributado exclusivamente na fonte acima de R\$ 40 mil; e quem obteve, em qualquer mês, ganho de capital na alienação de bens ou direitos sujeito à incidência do Imposto.

Propriedade

Deve ainda declarar o IRPF em 2023 quem tinha, em 31 de dezembro, a posse ou a propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a R\$ 300 mil.

Bolsa de valores

Em relação àqueles que efetuaram operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, ficam obrigados apenas quem, no ano-calendário, realizou somatório de vendas, inclusive isentas, superior a R\$ 40 mil; e, operações sujeitas à incidência do imposto.

Atividade Rural

Quanto à atividade rural, também deve declarar o cidadão que obteve receita bruta em valor superior a R\$ 142.798,50; que pretenda compensar, no ano-calendário de 2022 ou posteriores, prejuízos de anos-calendário anteriores ou do próprio ano-calendário de 2022

EXPEDIENTE

Produção e diagramação

Ana Virgínia da Silva Santos

Revisão

Domiciana Camargo de Barros

Gerente de Desenvolvimento de Pessoas - SEFAZ/PI

Maria Alcionea Machado de Castro

Coordenadora da Educação Fiscal - SEFAZ/PI

Maria Milde Miranda Lemos

Assessora de Planejamento e Gestão Interna - SEFAZ/CGE/PI